

Literatura de autoria feminina e seu lugar em políticas públicas culturais

Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira¹ (UNEB)

Resumo:

Trata-se de uma reflexão sobre o lugar da literatura de autoria feminina em políticas públicas culturais. Com isso, pretendemos investigar como a literatura de autoria feminina é considerada, ou não, em planos/proposições sobre políticas culturais no Brasil, principalmente a partir dos movimentos mais atuais de institucionalização de políticas públicas no campo da cultura/gênero. Assim, buscamos saber também como esta literatura, as escritoras, estão se construindo nessa dinâmica cultural. Para tanto, levaremos em conta não só experiências que apontam para os modos de produção e circulação cultural desta literatura, bem como os estudos/planos já propostos na área cultural/gênero. Com isso, esperamos refletir sobre um processo intercultural que poderia apontar para uma potencialização da diferença, perante uma tradição cultural.

Palavras-chave: literatura de autoria feminina, políticas públicas, cultura, identidade/subjetividade.

1 Introdução

Com este texto pretendemos tecer uma breve reflexão sobre o lugar da literatura de autoria feminina em políticas públicas culturais, observando demandas e possibilidades nesta dinâmica. Interessa-nos pensar a literatura de autoria feminina em um contexto de institucionalização de políticas públicas tanto para as mulheres como para a cultura no Brasil.

Neste sentido, considerando os passos dados pelo Ministério da cultura desde a formulação e articulação, em 2002, passando pelas etapas de diagnóstico e definição de diretrizes gerais, consolidação e votação até, por fim, a implementação do Plano Nacional de cultura¹ em 2011/2012, nos perguntamos como este documento contempla a problemática da produção de autoria feminina. Plano resultante, como dissemos, de várias etapas processuais que apontaram para um diálogo constante com a sociedade civil organizada, nos diversos territórios da nação brasileira, ouvindo suas proposições, através de instrumentos como seminários e principalmente através das conferências realizadas em parceria com o poder público estadual e municipal, reforçando uma interação/participação pretendida e até estipulada no documento. Portanto, se as políticas culturais no Brasil, passaram, como nos afirma Rubim (2008), de um estágio de ausência para um momento em que foram vislumbradas, de modo efetivo mas ainda excludente em suas concepções e construções, sob a égide construtora do autoritarismo, seria também por conta da instabilidade, característica denotada no que diz respeito ao trato a questões culturais por governos, que o processo de institucionalização desta malha cultural, do plano Nacional de cultura e suas proposições emergem.

Da mesma forma, é este quadro caracterizado como de institucionalização que Esmeraldo (2010) desenha, destacando as ações de feministas na academia e fora dela, através de militâncias diversas, formando redes, fazendo pesquisas que devem subsidiar o debate político, ingressando em cargos públicos, lutando e promovendo políticas nessa linha. Sendo assim, também é neste contexto de institucionalização de proposições feministas - que resultaram em intervenções como a criação do II Plano Nacional de Políticas para mulheres, fruto também de escuta da sociedade organizada, em destaque grupos de mulheres, via mecanismos de conferências principalmente e de amadurecimento deste diálogo, já que estamos falando do segundo plano - que também

¹ C.f. todas as informações a respeito deste Plano que constam neste texto no site <http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/26/plano-nacional-de-cultura-21>> Acesso: Agosto/2012

procuraremos refletir sobre o lugar da produção literária de autoria feminina nesta esfera, neste documento.

Aliado a isso, além da reflexão específica sobre estes planos que traduzem uma certa institucionalização já descrita, buscamos trazer a cena experiências de pesquisa que sinalizam impasses, demandas nesta dinâmica que, a rigor, deveria abranger todo o território nacional. Também não será difícil de entrever uma certa percepção da noção de literatura e de literatura de autoria feminina, inclusive em alguns espaços por onde esta circula, assim como não será difícil depreender fragmentos de uma produção subjetiva feminina da escritora e da cidadã e, conseqüentemente da ação de possíveis mediadores neste processo cultural. Por fim, fica a reflexão sobre a potência da literatura de autoria feminina e a feminização da escrita que, como dispositivo crítico cultural, renderia muito se bem estimulada na cadeia produtiva de outro mundo, portanto de outra tradição literária e cultural.

2 O que dizem os planos nacionais de cultura e de políticas para mulheres sobre literatura de autoria feminina?

O Plano Nacional de cultura, como já dissemos, emerge em um cenário brasileiro, conforme demarca Rubim (2008), marcado pela ausência de políticas nesta área, ou mesmo pela construção de organizações neste âmbito sob o signo da ditadura e conseqüentemente da não democratização ou ainda pela instabilidade de ações que findavam ou não conforme as vontades eventuais dos governos. Nessa emergência, uma ação primordial que notamos é a própria ampliação do conceito de cultura que é delineado sob uma ótica que o define como expressão simbólica, como potencial para o desenvolvimento econômico e principalmente como direito de cidadania, ou seja, direito a ter acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços da cultura.

Seguindo estas premissas, buscamos no referido Plano, aprovado através da Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010 e publicada no DOU no dia posterior do mesmo ano, o direito ao acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura para o sujeito feminino, para as escritoras brasileiras e encontramos no seu amplo texto algumas proposições. Já no capítulo I da referida lei, que firma as disposições preliminares, encontramos no item IV, o princípio do direito de todos à arte e a cultura. No capítulo I, do Plano anexado à lei, intitulado Do Estado, no âmbito das estratégias e ações, no item 1.10.12, encontramos a seguinte proposição transfigurada em competência: “ Promover políticas, programas e ações voltados às mulheres, relações de gênero e LGBT, com fomento e gestão transversais e compartilhados”. No capítulo II - Da diversidade – que procura reconhecer e valorizar a diversidade, protegendo e promovendo as artes e expressões culturais, no campo das estratégias e ações, propõe no item 2.1.14 “fomentar políticas públicas de cultura voltados aos direitos das mulheres e sua valorização, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero”. O capítulo III – Do acesso – deixa visível a ênfase em todas as regiões do país e na diversidade de expressões, e, nesta trilha, propõe no item 3.5 “ampliar a circulação da produção artística e cultural, valorizando as expressões locais e intensificando o intercâmbio no território nacional”. O plano ainda propõe, no capítulo V – Da participação social – o fortalecimento dos conselhos, como instância de consulta, monitoramento e debate, o lugar, neste, de representantes diversos da sociedade, por exemplo, de mulheres, e a articulação desta instância com outras voltadas para políticas públicas de áreas afins.

Sendo assim, como dissemos, em meio a amplitude da lei e do Plano, encontramos proposições que apontam para a promoção de políticas e ações voltadas para mulheres e relações de gênero, uma preocupação com a diversidade e, nesta linha, há proposta de políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres e sua valorização, deixando perceptível um reconhecimento das desigualdades de gênero e uma luta encetada contra estas. Além disso, percebemos no plano

uma preocupação com a regionalidade e a diversidade de expressões, traduzindo-se na proposta de ampliação da circulação das produções locais, favorecendo intercâmbio e um reforço sobre a importância dos conselhos nesta institucionalização e sobre a participação, neste caso de mulheres, nesta instância que seria consultiva, de monitoramento e de debate.

Neste sentido, como podemos perceber, a literatura de autoria feminina embora não citada literalmente, entra nestas propostas a partir do momento que estas lembram dos direitos das mulheres e das desigualdades de gênero, solicitando também a participação ativa das mulheres no debate. Para uma possível timidez no trato da literatura de autoria feminina no plano os relatos de pesquisas e as reflexões que faremos mais adiante ajudarão a clarear este campo nublado, ao mesmo tempo que nos levarão a indagar como estas políticas gerais e específicas estão chegando em alguns lugares de produção literária feminina e de circulação desta.

No que diz respeito ao II Plano Nacional de Políticas para Mulheres² o que percebemos é que a questão da Literatura de autoria feminina novamente não se faz presente de forma literal neste, entretanto suas linhas deixam em aberto a inserção desta discussão. O II Plano Nacional de Políticas para mulheres (II PNPM) é resultado de diversas conferências realizadas no território brasileiro, como já frisamos, e foi constituído em 2007, após a II Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (II CNPM).

De caráter governamental, o II PNPM apresenta 11 capítulos que propõem temas voltados para as perspectivas de gênero, focando, principalmente, os direitos das mulheres, como por exemplo, os capítulos III e IV que respectivamente tratam de como assegurar e melhorar a saúde da mulher (bem como os direitos sexuais e reprodutivos) e como enfrentar as diversas formas de violência contra a mulher. O II PNPM é regido por princípios que reforçam o respeito à diversidade, considerando que homens e mulheres são diferentes e que seus direitos devem ser assegurados considerando as suas especificidades.

É interessante perceber, no entanto, que apesar das propostas trazidas no II PNPM serem significativas e de grande relevância social, dos 11 temas apresentados, dois abrem mais claramente em alguma medida oportunidade para lidar diretamente com a questão da literatura feminina e a violência imposta a esta. O primeiro que destacamos, traduzido no capítulo IV, – Enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher - visa criar medidas nacionais que interfiram nas diferentes formas de violência à mulher. Neste caso, como já assinalamos, podemos considerar como violência também o silenciamento imposto a diversas autoras de nossa literatura que por vezes tem a sua produção literária menosprezada e invisibilizada. O segundo, transcrito no capítulo VIII – Cultura, comunicação e mídias igualitárias, democráticas e não discriminatórias - tem como objetivo “contribuir para a construção de uma cultura igualitária”, assim como dar visibilidade a produção cultural feminina em âmbito nacional.

Sendo assim, mais uma vez nos perguntamos sobre como esta cultura igualitária tem se concretizado em diversos lugares do Brasil, como a produção de autoria feminina, incluindo não só a de escritoras já conhecidas do grande público, mas a de escritoras mais regionais, ainda subalternizadas, escritoras negras, tem sido apoiada no que diz respeito ao processo de produção, circulação e consumo da mesma. Como o Plano Nacional de Políticas para Mulheres tem chegado a diversos espaços e grupos de escritoras, combatendo uma espécie de violência prático-discursiva que ceifou da mulher sua potência de dizer-ecrever, que anulou a possibilidade de circulação e escuta de sua fala, reforçando mais uma desvalorização de sua produção cultural.

Lembramos ainda que Ministérios, em conjunto, criaram também o Plano Nacional da Leitura e do Livro (PNLL) e o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE)³ que, em geral, tem

² Informações sobre o II PNPM podem ser encontradas no site < <http://www.sepm.gov.br/pnpm/sistemas-de-acompanhamento-do-pnpm>> Acesso: Novembro/2011.

³ Sobre estes Planos confira informações nos sites <<http://189.14.105.211/conteudo/c00005/Introducao.aspx>> Acesso:

procurado democratizar o acesso aos livros, ampliando a distribuição destes e potencializando espaços de leitura, valorizando-a e fomentando a formação de mediadores, desenvolvendo a economia do livro, fomentando a criação de linhas de financiamento para gráficas, livrarias, editoras e apoiando a difusão e até exportação da literatura nacional. Mas tudo isso que caracteriza em certa medida um cenário animador para a produção cultural diversificada e alternativa ou brechas amplas para a valorização da produção de autoria feminina deve ser confrontado com realidades locais, no sentido de instituir o debate frequente e a reflexão sobre possíveis demandas e intervenções, sobre o circuito mesmo de comunicação e viabilização destas políticas culturais que pretendem o diálogo profícuo não só com a sociedade, bem como com os governos estaduais e municipais.

3 Impasses e demandas nesta dinâmica

Que demandas/impasses entrelaçados pelas questões de gênero/raça/classe/regionalidade podemos visualizar nesta dinâmica? Alguns relatos de leituras, pesquisas, observações e reflexões que já fizemos nos ajudam a promover este debate. Talvez devêssemos começar falando da dificuldade de tornar-se escritora, das desigualdades que demarcaram a não inserção da produção literária feminina em pé de igualdade com a masculina.

Sobre isso é exemplar o texto de Woolf (1985), afirmando a necessidade que uma mulher tem de ter um teto todo seu para produzir, para escrever, de como é difícil conseguir este teto, este espaço seu, diante de tantas obrigações outras que lhe foram atribuídas e que a desvalorizam como produtora. Woolf fala sobretudo da independência econômica que precisamos ter e mais ainda da independência subjetiva, da necessidade de um espaço de ação subjetiva para que possamos nos sentir com possibilidade de produzir e de fato lutar por isso, por condições para isso, por reconhecimento deste ofício. Woolf ainda provoca a todos nós perguntando por que autores consagrados geralmente não eram mulheres e em seguida responde também perguntando que condições foram dadas às mulheres para que este feito se realizasse. Apesar disso, Woolf confirma a fala potente e sempre presente do sujeito feminino quando afirma que desconfia que todo anônimo era uma mulher.

A experiência, por exemplo, de escritoras negras brasileiras relatada no último Seminário Mulher e Literatura, do gt da ANPOLL de mesmo nome, realizado na Universidade de Brasília em 2011, e na Roda de conversa que realizamos entre Conceição Evaristo e outras escritoras regionais, em março deste ano, no campus II da Universidade do Estado da Bahia também confirma este campo de dificuldades encontradas por estes sujeitos para produzirem e fazerem seus textos literários circularem. Confirma a difícil percepção da mulher negra como escritora, bem como as estratégias utilizadas por elas mesmas para driblar estas interdições naturalizadas ou invisibilizadas, mas bastante sentidas por elas no cotidiano.

Foi da própria escritora Evaristo que ouvimos o dito popular de que o que se espera da mulher negra é que ela rebole, nunca que ela escreva. As escritoras negras presentes nestes eventos de certa forma corroboraram com a visão anuladora, e ainda presente, do sujeito feminino produtivo, da mulher negra escritora. Visão que muitas delas incorporaram e que hoje lutam para romper este estereótipo disseminado. Sobre isto, inclusive, Evaristo esclarece que o trabalho que desenvolve é de formiguinha, pois aonde vai leva seus livros para que estes circulem, sejam distribuídos. Reforça a produção via editoras pequenas e o trabalho da literatura negra iniciado em forma de cooperativa junto aos Cadernos negros.

Os resultados de nosso subprojeto de pesquisa, desenvolvido com a ajuda da bolsista Gislene

Santos (2011), sobre Modos de produção de escritoras de Alagoinhas-BA e microrregião apontam uma série de dificuldades, entre elas também a de tornar-se escritora, visto que muitos dos escritos destas mulheres não saíram da gaveta ou foram queimados por parentes, geralmente do sexo masculino, que se colocavam sempre como proprietários destes sujeitos e de suas ações, de sua expressão escrita. A dificuldade inclusive de acesso ao próprio código escrito também foi relatada por algumas mulheres, ou seja, dificuldade de acesso aos estudos, visto que ou não lhes foi permitido ir para a escola, ou dela foram retiradas cedo com a justificativa de que aquele espaço e saber não lhes era permitido. Mais algumas escritoras também ressaltaram o custeio, apesar dos poucos recursos, das condições difíceis de vida, dos próprios livros, contando muitas vezes com ajuda de familiares que apostavam naquele sonho.

Em tempos mais atuais, acentuam também a dificuldade de acesso a editais, ausência de políticas públicas culturais locais voltadas para a sua produção, a noção de política cultural local ou municipal ainda restrita, abarcando somente festejos carnavalescos fora de época, as chamadas micaretas e quase nunca englobando a produção literária microrregional, muito menos a produção literária de autoria feminina que, alijada ainda mais da noção de cultura, continua resistente a todo tipo de desvalorização e invisibilidade. A inserção no campo virtual como suporte para produção e circulação se revelava ainda rarefeita e preferida pelas mulheres mais novas. Com isso, reforçavam a dificuldade de produção e circulação, tanto localmente, devido a falta de editoras e de uma política cultural que desenvolvesse este circuito, quanto em escala nacional, devido ao fato de que grandes editoras não se interessam, segundo relataram, por uma produção ainda desconhecida de um público maior.

Um outro subprojeto nosso voltado para a investigação da literatura de autoria feminina na escola, este desenvolvido com o apoio da estudante Luane Tamires Martins (2012), confirma esta dificuldade de produção e circulação de livros de autoras locais-microrregionais e negras, quando constata não só o desnível de livros de autoria feminina em relação aos de autoria masculina, bem como a quase inexistência destas produções femininas nas prateleiras de bibliotecas e salas de leitura de escolas municipais e estaduais da zona urbana e rural de Alagoinhas. O projeto também revelou o desconhecimento, por parte dos agentes destes equipamentos culturais, de políticas públicas voltadas para a leitura e sua democratização, para a literatura, a cultura e os direitos de mulheres, combatendo desigualdades históricas e ainda presentes. Inclusive escritoras e escritores, pertencentes a associação denominada Casa do Poeta de Alagoinhas, buscavam, em parceria com a Secretaria de Educação do município, uma garantia de que seus livros fizessem parte dos acervos escolares, ação que comprovava a inexistência deste fato. Isto sem contar o despreparo de muitos professores que, por falta de conhecimento e formação adequada, lidam com a literatura de autoria feminina ignorando questões importantes que deveriam ser abordadas, como revelou o subprojeto de pesquisa, integrante também de nosso acervo e desenvolvido pela bolsista Silvana Lianda (2012). Sinais apontados também por outros estudos sobre gênero nas escolas que revelam a timidez dos Parâmetros Curriculares Nacionais nesta área e o desafio da institucionalização das questões de gênero neste âmbito.

Dessa forma, o que vimos delineado nos planos já descritos não se fez presente na realidade observadas no que diz respeito a possíveis brechas de inserção de uma política cultural voltada para potencializar a produção e circulação da literatura de autoria feminina, principalmente de mulheres negras, distanciadas de lugares considerados centrais, enfim subalternizadas por um processo diverso e interconectado que envolve uma cultura patriarcal, capitalista e portanto mercadológica. O desconhecimento, por parte de professores da rede pública de Alagoinhas e mesmo de Universidades, da gama de produções independentes, feitas na base da resistência e por meio de táticas diversas de escritoras, por exemplo negras, também foi revelado por mais um de nossos subprojetos de pesquisa, transformados em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) pela estudante ex-bolsista Taise Santos (2011), que apontava não só a invisibilidades desta produção como sua

potência ressignificadora entremeando arte e vida, militância prática e discursiva de suas autoras, assim como fragmentos de uma outra cultura e memória não considerada, conhecida.

A experiência da editora Mulheres definida por Muzart (2004) no seu início como uma editora de fundo de quintal revela bem a situação de discriminação, de desvalor atribuído à produção feminina. Sobre esta experiência da editora, Muzart (2012) também revela, em entrevista a nós concedida e publicada na revista Pontos de interrogação, linhas de fuga já traçadas de enfrentamento desta cultura capitalista patriarcal, traduzidas pelo trabalho cooperativo da edição, contando, inclusive, com o apoio da Secretaria de Políticas para Mulheres. Muzart (2002) ainda ressalta que após o efetivo trabalho de edição sua grande dificuldade é a distribuição, visto que o diálogo com livrarias maiores é proposto somente em escalas grandiosas, novamente fortalecendo um desnivelamento e impossibilidade de circulação mais ampla da produção de autoria feminina em outros modos.

Considerações finais:

Com o exposto ficamos a pensar sobre a importância cultural que é atribuída à literatura e em específico à literatura de autoria feminina, sobre a proposta de uma cultura igualitária, sobre a preocupação com a acessibilidade e redução de desigualdades de gênero, preocupação com os direitos das mulheres e anulação de todas as formas de violência para com a mulher, com os direitos aos meios de produção, circulação e fruição cultural presentes nos planos de políticas públicas analisados e que não se fazem presentes no contexto observado, ainda não chegam efetivamente a estas realidades e sujeitos.

Ao mesmo tempo ressaltamos que tais políticas, como já vimos, foram oriundas de um processo de escuta da sociedade, de uma institucionalidade em processo que contou com a militância de atores sociais que se fizeram ouvir e até mesmo adentraram uma esfera governamental e criaram secretarias e muitas destas propostas. Neste sentido, se a própria comunidade interessada fez instituir suas proposições, como agora esta mesma comunidade se posiciona frente aos impasses da comunicação entre uma concepção local/regional que torna-se federal mas que não retorna no mesmo nível municipal? Como tem se posicionado frente a estas demandas a comunidade de escritoras, como estas tem reivindicado a implementação das proposições feitas em coletividade com a sociedade, como tem participado dos conselhos, inclusive postulados no Plano de cultura? Como tem sido a participação cidadã destes sujeitos, como nos sugere Teixeira (1997), neste momento outro de institucionalização destas políticas culturais?

Infelizmente, levando em consideração a realidade observada, o que podemos constatar é que a potência da feminização da escrita, sugerida por Richard (2002) para não se cair nem na neutralidade da literatura nem na literatura própria de mulheres, ainda não circula como deveria. Assim como, lembrando do que postula Schmidt (2010), quando, em avaliação dos rumos seguidos nos 25 anos do gt Mulher e literatura da ANPOLL, afirma a importância do retorno ao campo, que para nós necessariamente deve ser um retorno em diferença, podemos dizer que a potência da virada feminista - já dobrada sobre si mesma, revendo suas reduções - na literatura e da virada literária no feminismo, que se faz, via linguagem e práticas do sentido, crítica da cultura, como também postula Holanda (1994) parece ainda não ser contemplada, de fato, por políticas culturais.

Referências Bibliográficas

- 1] ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Marcas de novas institucionalidades na universidades

- criadas por núcleos e redes acadêmicas e feministas. In. *Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas 2009, 2010*/Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2010.
- 2] HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- 3] LIANDA, Silvana. *Literatura, gênero e feminismo na formação de professores*. Relatório final de Iniciação científica. (Curso de Letras).Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2012.
- 4] MARTINS, Luane Tamires. *Literatura, gênero, feminismo e políticas públicas culturais: onde estão na biblioteca escolar?* Relatório final de Iniciação científica. (Curso de Letras).Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2012.
- 5] MINISTÉRIOS DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO. *Plano Nacional do Livro e da Leitura*. Caderno do PNLL, 2010. Disponível em: <<http://189.14.105.211/conteudo/c00005/Introducao.aspx>> Acesso: Agosto/2012.
- 6] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. – Brasília: Ministério da Educação, 2008.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368&Itemid=574> Acesso: Agosto/2012.
- 7] MUZART, Zahidé Lupinacci. História da Editora Mulheres. In.: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.12, n.spe, p.103-105, set.-dez, 2004.
MUZART, Zahidé Lupinacci. Apud. MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. A produção de autoria feminina através da editora Mulheres: entrevista com Zahidé Muzart. In.: *Revista Pontos de Interrogação*, Alagoinhas, vol.2, n.1, jan.-jul. 2012. Disponível em <http://www.poscritica.uneb.br/revistaponti/index.php>. Acesso: Setembro 2012.
- 8] PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei Nº 12.343, de 2 de Dezembro de 2010: institui o Plano Nacional de Cultura*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/26/plano-nacional-de-cultura-21>> Acesso: Agosto/2012.
- 9] RUBIM, Antônio Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In.: RUBIM, Antônio Canelas e BAYARDO, Rubens (orgs). *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- 10] PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para Mulheres*. Brasília: 2008. Disponível em : <<http://www.sepm.gov.br/pnpm/sistemas-de-acompanhamento-do-pnpm>> Acesso: Novembro/2011.
- 11] RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- 12] SCHMIDT, Rita Terezinha. Avaliação. Revisitando a mulher na literatura: horizontes e desafios. In. STEVENS, Cristina.(Org). *Mulher e Literatura – 25 anos: raízes e rumos*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- 13] SANTOS, Gislene. *Modos de produção de escritoras de Alagoinhas*. Relatório final de Iniciação científica. (Curso de Letras).Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2011.
- 14] SANTOS, Taise. *(In)visibilidade de escritoras subalternas negras: contribuições para uma literatura em diferença*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras).Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2011.

- 15] TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. In.: *Caderno CRH*, n. 26/27. Salvador, Centro de Recursos Humanos/UFBA, 1997. pp.180-209.
- 16] WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985.

iAutor(es)

Jailma dos Santos Pedreira Moreira (Profa. Dra.)

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Departamento de Educação/Programa de pós-graduação em crítica cultural/Campus II

Jailmapedreira@uol.com.br